

ESPAÇOS DE PODER: TRANSITANDO NA TEORIA DAS ELITES

José Vinicius da Costa Filho

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco –
Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
(IFMT) - Cuiabá – MT

jose.costafilho@cba.ifmt.edu.br

João Luis Binde

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco –
Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
(IFMT) – Barra do Garças – MT

joao.binde@bag.ifmt.edu.br

André Valente do Couto

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco –
Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
(IFMT) - Cuiabá – MT

andre.valente@cba.ifmt.edu.br

RESUMO

Este artigo objetiva revisitar, sob perspectiva teórica e metodológica, os clássicos da teoria das elites (Mosca, Pareto e Mitchels), visando destacar a relação entre governantes e governados nos espaços de poder. Trata-se de uma pesquisa descritiva norteada pela revisão da literatura acerca dos autores citados, cujo resultado destaca as suas principais contribuições. O trabalho proposto possui implicações importantes para os futuros estudos sobre relações de poder na área de Ciências Sociais, em especial Ciência Política, explicitando mais uma ferramenta à disposição dos pesquisadores para entender os fenômenos sociais.

Palavras-chaves: Teoria das elites, espaço de poder, maioria e minoria.

PLACES OF POWER: PASSING ON THEORY OF ELITES

ABSTRACT

This paper intends to revisit, from theoretical and methodological perspective, the classics of the elite theory (Mosca, Pareto and Mitchels), aiming to emphasize the relation between governors and governed in the spaces of power. It is a descriptive research oriented by the literature review of the cited authors, in which the result highlights the main contributions of these authors. The proposed work has important implications to the future studies about relations of power in the area of Social Science, especially Political Science, clarifying one more tool to the disposal of researchers to understand social phenomenon.

Keywords: Elite theory, space of power, majority and minority.

INTRODUÇÃO

Estudos sobre elites têm sido um dos assuntos mais relevantes em ciências, sociais particularmente em sociologia e ciências políticas. Esta ênfase é em grande parte devido aos efeitos inegáveis e papéis de elites em sociedades desenvolvidas ou em desenvolvimento (DELICAN, 2000, p. 323).

Existem diversos enfoques possíveis na literatura acadêmica acerca das elites políticas (SÁNCHEZ; RIVAS, 2009, p. 134-138) e, segundo Diáz (2009, p. 15, tradução nossa), é indiscutível que “[...] de todos os atores relevantes institucionalizados, os políticos e as elites políticas assumem grande destaque”. As abordagens sobre a teoria em análise perpassam necessariamente os denominados elitistas clássicos⁴, os quais, por exemplo, enunciam que em toda sociedade existe uma minoria que domina uma maioria⁵.

Segundo leciona Perissinotto (2009, p. 98), todas as vertentes que abordam essa teoria sistematizam um “programa de pesquisa” com forte apego ao refinamento metodológico que marca definitivamente a agenda teórica da ciência política do futuro. Em essência, todas essas linhas de convicções justificam a seguinte afirmação:

As performances desses representantes têm em suas motivações, percepções, atitudes e fonte política orientações da sua justificação e explicação. Portanto, a forma como esses atores políticos constroem a sua visão da dinâmica política e sua posição como agentes dentro dela devem ser analisados a fim de compreender o curso dos acontecimentos na política (DIÁZ, 2009, p. 15).⁶

Nos estudos teóricos no Brasil afirma-se que a sociologia das elites na Ciências Sociais está sendo gradativamente retomada⁷. Além de agregar a esses estudos na citada área, o presente artigo visa atender às provocações de Delican (2000, p. 323) quando este pontuou a

⁴ Conforme Sanchez e Rivas (2009) pode-se agrupar como elitistas clássicos; Pareto com sua teoria da circulação das elites; Mosca que se destaca por desenvolver o conceito de classe política; e Michels e sua lei de ferro da oligarquia.

⁵ Não se nega que diversos outros cientistas políticos caminham por outros matizes tais como as apresentadas pela corrente “elitista da democracia” (SHUMPETER, 1971, *apud* SÁNCHEZ e RIVAS, 2009, p. 136), a “pluralista da democracia” (DAHL, 1961 *apud* SÁNCHEZ e RIVAS, 2009, p.136), a “da cultura política” (INGLEHART E WELZEL, 200, *apud* SÁNCHEZ e RIVAS, 2009, p. 136), dentre diversas outras

⁶ No original: “*Las actuaciones de estos representantes tienen en sus motivaciones, percepciones, actitudes y orientaciones políticas su fuente de justificación y explicación. Por ello, la forma en que estos actores políticos construyen su visión de la dinámica política y su posición como agentes dentro de la misma ha de ser analizada para poder comprender el devenir de los acontecimientos en la política*”. (Tradução nossa)

⁷ PERISSINOTTO, Renato M; MEDEIROS, Pedro Leandro; WOWK, Rafael T; SANTOS, André Marengo dos; DA ROS, Luciano, dentre outros.

escassez de estudos acerca dos fundadores da teoria das elites.

Dessa maneira, propõe-se revisitar os clássicos da teoria das elites (Mosca, Pareto e Mitchels), sob perspectiva teórica e metodológica, destacado a relação entre governantes e governados nos espaços de poder. Ademais, presente pesquisa descritiva utiliza metodologia qualitativa que, mediante uma revisão bibliográfica extensa no tema de interesse, delimitará as principais contribuições teóricas e metodológicas desses autores. Para atender ao objetivo proposto, o artigo será organizado por três seções. A primeira seria esta introdução, em que se expõe o objetivo da pesquisa, a teoria movimentada e a metodologia adotada, bem como abordará linhas gerais de cada capítulo a ser desenvolvido. A segunda abordará os fundamentos da teoria das elites por meio dos autores clássicos. A terceira disporá as considerações finais, em que serão pontuadas as noções mais relevantes observadas e sugerirá alguns problemas de pesquisa que podem receber contribuição da teoria em análise.

FUNDAMENTOS PARA A TEORIA DAS ELITES: OS CLÁSSICOS

O fenômeno das elites políticas não é algo novo na história humana. Sánchez e Rivas (2009, p. 134) afirmam que: “um dos temas discutidos por Aristóteles (século III aC), em seu livro "Política", foi a existência de um grupo de pessoas dedicadas a deliberar acerca das decisões do governo⁸”.

Já Hollanda (2011, p.07), afirma que “a formulação original de uma teoria das elites surgiu da crítica de Sócrates às rotinas da vida pública na Atenas antiga, no século V a.C.”. Complementa a pesquisadora (2011, p. 08) explica que Platão na obra “*A República*” já criticava a pretensa igualdade política da *pólis* ateniense.

Não obstante diversos filósofos da chamada “era clássica” concebiam a existência de uma “elite política” no seio da sociedade, apenas com cientistas clássicos como Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels⁹, esse fenômeno foi sistematizado e alçado à questão relevante na Ciência Política.

Os pais dessa teoria escreveram seus principais livros entre o final do século XIX e o início do século XX. O período em questão foi marcado pela expansão da democracia, da

⁸ No original: “*Uno de los temas que ya trató Aristóteles (S.III a.C.) en su libro “La Política”, fue el de la existencia de un grupo de personas que se dedican a tomar decisiones de gobierno.*” (Tradução nossa)

⁹ Denominados fundadores da teoria das elites pela literatura especializada (SÁNCHEZ e RIVAS, 2009; PERISSINOTTO, 2009; HOLLANDA, 2011; CARVALHO, 2010, e outros)

organização das massas e do fortalecimento do movimento operário, propiciando maior acesso para participação dos estratos mais baixos da população nas democracias que se consolidavam. Portanto, o citado momento histórico tem óbvia relação de causa e consequência com o surgimento da teoria das elites (PERISSINOTTO, 2009, p. 13-15; HOLLANDA, 2001, p. 09).

A democracia nesse período da história gozava de uma avaliação extremamente negativa por parte da coletividade, cujas premissas encontravam-se assentadas principalmente na interação de dois discursos, conforme aponta Perissinotto (2009, p. 15). Um desses era o chamado “darwinismo social”, segundo o qual na sociedade, assim como no mundo natural, existiam elementos mais aptos ao comando e ao domínio. Já o outro discurso mencionado retirava seu fundamento de estudos psicológicos elaborados por alguns autores que revelavam a inerente incapacidade das massas ou das multidões de elaborarem um pensamento racional.

Comungavam do pessimismo desses dois discursos todos os três autores apontados como fundadores da teoria das elites, pois a avaliação dos mesmos é extremamente negativa em relação às massas¹⁰.

Nesse quadro, fica claro que a insatisfação dos elitistas se ligava ao racionalismo próprios da “era iluminista”, uma vez que as pessoas substituíam a crença do sobrenatural por exercícios abstratos da razão, igualmente deslocados aos termos concretos da realidade. Portanto, a teoria das elites nasce com uma espécie de resposta ao medo das classes dirigentes quantos aos ideários democráticos e socialistas que eclodiam em virtude de movimentos sociais.

Além disso, o elitismo revigora a linguagem marcante do realismo de Nicolau Maquiavel¹¹ quando desloca o foco da pesquisa política do ideal para o possível. Nessa dimensão que inaugura a política moderna, homens comuns e política deixam de ser pensados de forma desejada para ser compreendidos na sua existência concreta (HOLLANDA, 2011, p. 11)¹².

¹⁰ Hollanda (2011, p.10) acentua: O elitismo esteve afinado com esse clima de insatisfação quanto aos caminhos da política. Embora não constituam uma escola bem definida, com um corpo rígido e coerente de doutrinas políticas, Masca, Pareto e Michels compartilhavam o diagnóstico de que toda forma política produz distinção entre minorias dirigentes e maioria dirigida. Nessa perspectiva, a retórica democrática, destituída de vínculos com a realidade social, serviria apenas à legitimação do poder de minorias que mobilizavam um discurso universalista com vistas a garantir seu próprio benefício.

¹¹ Pensador florentino do Renascimento, autor da obra “O príncipe”.

¹² Perissinotto (2009, p. 18), embora tenha surgido como resposta ideológica ao avanço da democracia e de correntes políticas como o socialismo e o marxismo, ganhou destaque, porquanto foi desenvolvida sobre 5º Edição (Jul/Dez de 2017), v. 2 n. 5 -

Depois de pincelado o momento histórico e político trilhado pela teoria elitista, buscará, abaixo, detalhar a teoria das elites através do prisma dos seus três pais, com especial ênfase nos fundamentos e metodologia adotada por esses precursores.

• Gaetano Mosca

A análise dos fundadores clássicos da teoria política será iniciada através de Gaetano Mosca. Este cientista político nasceu no ano de 1858 em Palermo, cidade italiana na região da Sicília, e viveu até 1941 na cidade de Roma. Acerca da biografia desse teórico, descreve-se:

Sem origem aristocrática, tampouco experimentou as condições médias de vida dos italianos meridionais à época: filho de servidor público, escapou do analfabetismo dominante da região. Graduou-se na Universidade de Palermo no curso de Direito [...]. A vida profissional de Mosca foi marcada pela tensão entre carreira política e o percurso acadêmico. Preterido em disputas pela cátedra de direito constitucional em universidades na Sicília, afinal retornou à Universidade de Palermo como docente, em 1985 (HOLLANDA, 2011, p. 13).

Também sobre a vida de Gaetano comentam:

Quando Gaetano Mosca publicou o seu *Elementi di Scienza Politica*, em 1896, lançou com ele um programa de pesquisa novo e promissor. O sociólogo italiano determinou que as “minorias politicamente ativas” deveriam ser, para os cientistas políticos, o objeto de análise mais importante. Dado o caráter oligárquico de todos os governos, um estudo científico da política teria de estar atento não ao número de governantes (conforme a classificação aristotélica tradicional: um, poucos, muitos), mas aos mecanismos sociais e políticos responsáveis pela formação, pelo recrutamento, pela socialização e pela conduta dessas minorias. A Ciência Política, principalmente anglo-saxã, levou a sério esse decreto. Talvez não seja exagerado afirmar que as “elites políticas” foram um dos assuntos mais estudados ao longo do século XX (PERISSINOTTO; CODATO, 2008, p. 01).

A obra de Mosca introduziu uma grande “inovação” ao propor uma mudança de paradigma em relação à metodologia científica aplicada à pesquisa em Ciência Política. Gaetano defendia que procedimentos rigorosos de observação e verificação plenamente estabelecidos à luz das técnicas consolidadas nas ciências da natureza deveriam ser reproduzidos nas ciências sociais. O cientista considerava que o verdadeiro saber científico estaria confinado aos estudos da natureza e da física. Para Mosca (1939, p. 03):

A ciência resulta de um sistema de observações, com o uso de métodos adequados e

premissas metodológicas que lhe conferiram o valor científico necessário para dar credibilidade às suas proposições.

coordenados, que possibilitarão ordenar o fenômeno estudado, com vistas a chegar ao conhecimento de verdades indiscutíveis, que seriam inacessíveis à observação do homem comum (MOSCA, 1939, p. 03)¹³.

Como pôde ser observado, o jovem siciliano, tal qual Émile Durkheim, Max Weber e Vilfredo Pareto, pretendia fundar uma nova ciência, dedicada ao esclarecimento dos princípios de organização da sociedade e da política (HOLLANDA, 2011, p. 14).¹⁴

Em sua ótica, o teórico italiano percebia no chamado “método histórico”¹⁵ o que melhor traduzia os pressupostos acima delineados, eis que se mostrava o mais adequado para a observação dos fenômenos sociais/políticos. Se, conforme vimos, toda ciência nasce de um “sistema de observações”, então a ciência política deveria basear-se em um estudo dos fatos e esses fatos deveriam ser fornecidos pela história (PERISSINOTTO, 2009, p. 24).

Através dessa lente (método histórico) o cientista ora comentado constatou que a única distinção política aceitável seria aquela entre governantes e governados. Não por acaso, escreveu-se o seguinte:

Entre as tendências e os fatos constantes que se encontram em todos os organismos políticos, aparece um cuja evidência se impõe facilmente a qualquer observador: em todas as sociedades - começando pelas medianamente desenvolvidas [...] até as mais cultas e fortes - existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados (MOSCA, 1939, p. 50)¹⁶.

Os governantes são chamados por Mosca de classe política ou classe dirigente; os governados são chamados de “massas”. Por óbvio, aquelas conduzem as sociedades existentes e essas últimas são conduzidas. Ensina-se:

¹³ No original: “A science is always built up on a system of observations which have been made with particular care and by appropriate methods on a given order of phenomena and which have been so coordinated as to disclose incontrovertible truths which would not have been discovered by the ordinary observation of the plain man.” (Tradução nossa)

¹⁴ Grynszpan (1999, p. 79) corrobora esse pensamento: O que Mosca buscava era não propor mais um sistema teórico entre tantos outros, mas sim elaborar um sistema verdadeiro, inquestionável, cientificamente demonstrado. Isso significava, igualmente, atribuir um estatuto de cientificidade às ciências sociais, à política em particular, o que sustentava não ter sido feito até então. Na verdade, impor como dominante o seu conceito de ciência à política era, a um só tempo, reunir condições para o reconhecimento tanto do seu sistema como científico, verdadeiro, quanto do seu nome como cientista, como especialista

¹⁵ Sobre o método histórico Perissinoto (2009, p. 25): “[...] o método histórico é um método comparativo. Para aplicá-lo, é preciso elaborar as nossas considerações a partir da observação dos variados grupos e organismos políticos, em diferentes períodos históricos e em diversos tipos de civilização. Só assim poderíamos, como afirma Mosca, proceder por meio da indução, isto é, produzir uma generalização científica embasada na análise de uma série de casos particulares.

¹⁶ No original: “Among the constant facts and tendencies that are to be found in all political organisms, one is so obvious that it is apparent to the most casual eye. In all societies from societies that are very meagerly developed [...] down to the most advanced and powerful societies two classes of people appear a class that rules and a class that is ruled” (Tradução nossa)

A maioria, apesar das crenças que tenha sobre si própria, jamais participa de fato do governo. Sempre haverá uma classe política organizada que se impõe, por superioridade moral, aos numerosos e fortes [...]. Em síntese: extensos corpos desordenados, incapazes de autonomia política, subordinam-se às elites de seu tempo (HOLLANDA, 2011, p. 14-15).

Sobre a classe dos governantes e as massas, assim ponderava-se:

A primeira (classe dos governantes) é sempre menos numerosa, desempenhando todas as funções políticas, monopolizam o poder e desfrutando das vantagens a ele ligadas. Enquanto que a segunda (a classe dos governados) sempre é mais numerosa, sendo dirigida e regulada pela primeira de maneira mais ou menos legal, ou de modo mais ou menos arbitrário e violento, e lhe fornece os meios materiais de subsistência e os indispensáveis para a vitalidade do organismo político (MOSCA, 1939, p. 50)¹⁷.

Percebe-se que um dos traços essenciais que caracterizam a classe dirigente é a sua condição minoritária. Dessa condição deriva outra que seria a organização existente entre essa minoria; nesse ínterim, a classe política se revela como uma minoria organizada. A classe política, conforme a abordagem apresentada acima, monopoliza os recursos de poder e usufrui em benefício próprio. Mosca (1939, p.53) tratou o assunto da seguinte maneira:

Na realidade o predomínio de uma minoria organizada sobre a maioria desorganizada obedece a um simples impulso. A força de qualquer minoria é irresistível frente a cada indivíduo da maioria, que se encontra sozinho frente à totalidade da minoria organizada. E ao mesmo tempo se pode dizer que a minoria se encontra organizada precisamente porque é uma minoria (Mosca, 1939, p. 53)¹⁸.

Estabelecidas as características com que se pode entender a classe governante é cogente descrever os critérios de distinção do processo de diferenciação existentes entre a citada classe e a classe dos governados. Nesse prospecto, acentua-se:

O primeiro deles, a riqueza, teria migrado de uma prevalência de direitos a uma prevalência de fato, que seria sua característica moderna. Isto é, embora os movimentos de democratização do liberalismo tenham abolido a riqueza como critério formal e explícito de participação na vida política, não ameaçaram sua permanência como critério real. O segundo critério distintivo, o lugar social do nascimento, teria importância crucial na definição das biografias individuais. Para Mosca, o nascimento situa os homens em um universo de conhecimentos, valores e posturas que os aproxima ou não dos modos de vida da minoria dominante. Entre os

¹⁷ No original: *“The first class, always the less numerous, performs all political functions, monopolizes power and enjoys the advantages that power brings, whereas the second, the more numerous class, is directed and controlled by the first; in a manner that is now more or less legal, now more or less arbitrary and violent, and supplies the first, in appearance at least, with material means of subsistence and with the instrumentalities that are essential to the vitality of the political organism”*. (Tradução nossa)

¹⁸ No original: *“In reality the dominion of an organized minority, obeying a single impulse, over the unorganized majority is inevitable. The power of any minority is irresistible as against each single individual in the majority, who stands alone before the totality of the organized minority. At the same time, the minority is organized for the very reason that it is a minority”*. (Tradução nossa)

bem e os malnascidos haveria distância significativa nas chances de incorporação às elites. Apenas em sociedades avançadas o mérito, terceiro operador de distinção, poderia superar os efeitos sociais das marcas de origem (HOLLANDA, 2011, p. 15).

Quanto à classificação das classes políticas, aponta Perissinotto (2009, p. 28) que Mosca utilizava como critério distintivo o tipo de recurso socialmente valorizado e que permitiria à classe dirigente impor a sua denominação, dessa maneira:

Mosca identificou três classes políticas: a militar, a plutocrática (posse de riqueza) e a sacerdotal, [...] Mosca ambicionava em Estado que fosse dirigido por uma aristocracia intelectual, que controlasse os recursos de saber. Esta, [...] aparece como um quarto tipo (PERISSINOTTO, 2009, p. 28).

Avançando sobre a análise de classe políticas, Mosca afirmava que uma minoria organizada é levada à ação coesa e à coordenação porque seus membros dividem interesses comuns, ou seja, manter o monopólio sobre o recurso socialmente valorizado, que resulta, em último exame, no domínio político sobre o resto da sociedade (MEZA, 2002; PERISSINOTTO, 2009).

Portanto, o domínio da classe política não retira seu fundamento exclusivamente na relação de forças entre os dirigentes e os dirigidos, uma vez que aqueles tentam justificar o seu domínio procurando dar-lhe um valor moral e legal, massificando-o, falsamente, como premissas fundadas no próprio seio da classe dominada. A partir do pressuposto acima, pontua-se que:

Dessa maneira, Mosca introduz um dos temas clássicos da ciência política e da sociologia política, que é o tema da legitimidade de uma forma de dominação. O conceito a partir do qual Mosca identifica esse atributo necessário a qualquer forma de dominação – isto é, a justificação – é o de ‘fórmula política’ (PERISSINOTTO, 2009, p. 33).

Sobre o tema dissertou-se:

Fossem quais fossem a força social prevalecente e o modo de ingresso na classe política, era preciso ver que essa classe não confessava nunca que comandava pela simples razão de ser composta por indivíduos de características próximas, ou porque fosse mais apta. Ela sempre buscava a justificação, a legitimação de seu poderem um princípio abstrato, isto é, em uma fórmula política. [...]. Era preciso ver, contudo, que não era a fórmula que determinava o modo de formação da classe política mas, ao contrário, a classe é que sempre adotava a fórmula que mais lhe convinha (MOSCA, 1925, p. 36-8 *apud* GRYNSZPAN, 1999, p. 84).

Os dominados precisam, portanto, apoiar-se em uma construção ilusória de que estão sendo governados não por uma força tangível, mas, sim, por um valor moral. O resultado desse processo seria forjar a unicidade do povo e de sua organização política.

Mosca (1925) acentua, ainda, que toda a história política da humanidade pode ser retomada sob dois grandes pontos de vista: de um lado, o grau de coordenação das diversas classes políticas, a quantidade de recursos que elas sabem reunir nas próprias mãos e a força da sua ação coletiva; por outro lado, os vários elementos que ingressam nas referidas classes, os seus diversos modos de impor-se, as suas disputas, as suas lutas, as suas transações e combinações; por conseguinte, a mobilidade das sociedades humanas depende do seu contínuo variar em relação aos dois coeficientes indicados.

Conclui-se, desse contexto, que Mosca identificava uma lei social geral, segundo a qual as sociedades são divididas em uma minoria que governa e outra maioria que é governada. Essa lei geral influi um dos objetos centrais da ciência política: a classe política. Essa, por sua vez, deve ser estudada a partir de três perspectivas: 1) os seus recursos; 2) o princípio de constituição da sua autoridade; e 3) a sua tendência de formação (PERISSINOTTO, 2009, p. 42).

- **Vilfredo Pareto**

Outro cientista considerado “fundador” da teoria das elites, talvez dividindo o papel de maior preponderância juntamente com Mosca, é Vilfredo Pareto. Vilfredo Federico Damaso Pareto nasceu em Paris, no ano de 1848. Seu pai era o marquês Raffaele Pareto, nascido de Gênova, na Ligúria, e que permaneceu exilado na França desde meados dos anos 1830, por sua participação no movimento nacionalista liderado por Giuseppe Mazzini.

Pareto seguiu os passos do pai e dedicou-se à engenharia e posteriormente obteve licenciatura em ciências físicas e matemática. Já na tese que Pareto defendeu para colar grau poder-se-ia observar a sua grande preocupação com a questão do equilíbrio (GRYNZPAN, 1999, p. 141).

Seu longo percurso intelectual em direção à sociologia teve importante influência dessa formação original. O objetivo de produzir reconhecimento científico para estudos da sociedade mobilizou os métodos e os hábitos intelectuais das ciências consolidadas à época, com as quais tinha familiaridade (HOLLANDA, 2011, p. 22).

Pareto produziu sua obra mais famosa em 1885, com forte apelo economista, intitulada *La courbe de la répartition de la richesse*, formulando a famosa “Lei de Pareto”. Em seguida, publicou, entre 1896-1897, o *Cours d'économie politique*. Nos anos seguintes dedicou-se a obras de caráter sociológico. Entre 1902 e 1903, publicou seu famoso *Les systèmes socialistes*.

No ano de 1916 publicou sua obra de maior projeção sociológica *Trattato di sociologia generale* (PERISSINOTTO, 2009, p. 50).

Tal qual Mosca, Vilfredo acreditava ser possível a realização de um estudo científico neutro e objetivo dos fenômenos sociais, desde que não houvesse influência dos preconceitos e paixões que contaminam a consciência dos cientistas políticos.

A forma de produzir esse estudo neutro e objetivo seria substituindo o método dedutivo, baseado em pressupostos tomados como verdades, pelo método lógico-experimental, cujas proposições decorrem da observação do mundo real e podem ser confrontadas com os fatos. Dessa maneira, a sociologia serviria para identificar regularidades denominadas leis ou regularidades experimentais, podendo, assim, essas regularidades serem objeto de estudos científicos, cabendo à ciência identificar apenas os meios eficazes para obtenção desses objetivos e não quais os objetivos que deveriam ser perseguidos pela ação humana (GIMENES, 2010, p. 705). A esse respeito, indica-se:

Ao longo de sua existência insistiu que a abordagem metodológica das ciências naturais deve ser a mesma que a das ciências sociais. Com o seu trabalho, Pareto ataca as teorias liberal-democratas e marxistas e, como Max Weber, desenvolveu sua própria concepção de sociologia em um intenso debate com o fantasma de Marx (MEZA, 2002, p. 389)¹⁹.

Perissinotto (2009, p. 52) ensina que o método sugerido por Pareto para a investigação, o subsidiou para a famosa distinção entre “verdade” e “utilidade”. Segundo Pareto, a verdade seria revelada pela ciência, mas nem tudo que é verdadeiro contribuiria para o equilíbrio social, eis que apenas algumas verdades seriam efetivamente úteis na medida em que influenciariam positivamente a vida em sociedade.²⁰

Pareto prenunciava que as pessoas são sempre governadas por elites, com exceção de curto período de tempo. O mesmo autor rejeitava uma interpretação linear e progressiva da história e das mudanças sociais. Segundo Delican (2000, p. 323, tradução nossa) para Pareto “a história do homem é um fluxo contínuo das elites, em que umas se ascendem e outras declinam, sendo esse é o verdadeiro fenômeno, embora possam aparecer sob outras formas”.

Para entender como se estruturaram os argumentos de Pareto acerca das elites políticas

¹⁹ No original: “A lo largo de su existencia insistió en que el enfoque metodológico de las ciencias naturales debía ser el mismo que el de las ciencias sociales. Con su obra, Pareto ataca las teorías liberal-democrática y marxista y, al igual que Max Weber, elaboró su propia concepción de la sociología en un intenso debate con el fantasma de Marx”. (Tradução nossa)

²⁰ A preocupação de Pareto, enquanto sociólogo, consistiu em saber como o equilíbrio de uma sociedade se perpetua ao longo da história e como ocorre a sua reprodução.

é preciso conhecer a teoria da ação social desenvolvida por esse autor, que se sustenta através de duas distinções. Elucida-se acerca da primeira:

Através da observação de fatos concretos, Pareto concluiu que todo fenômeno social poderia ser considerado sob os aspectos objetivo e subjetivo, ou seja, a realidade e a forma como esta se apresenta ao espírito de certos homens, respectivamente (GIMENES, 2010, p. 706).

Já a segunda distinção é exposta da seguinte forma:

Ao lado dessa distinção entre dimensão objetiva e subjetiva da ação humana, Pareto estabelece uma outra. Para ele existem ações em que os indivíduos se propõem a atingir um determinado fim e, para tanto, escolhem os meios logicamente adequados a esse objetivo, e também existem ações em que essa adequação lógica entre meios e fins não ocorre (PERISSINOTTO, 2009, p. 54).

Ligando-se essas duas balizas é que o francês Pareto irá formular a diferenciação entre ações lógicas e ações não lógicas. As lógicas são baseadas no ajuste entre os meios empregados e os fins desejados. As ações não lógicas, que são muito mais significativas, escapam ao ajuste real entre meios e fins. Resulta, portanto, na distinção entre consciência do autor e do fato. Nesse diapasão, a coerência entre os meios e fins observa-se tanto na consciência do sujeito autor como na realidade objetiva.²¹²²

Segundo Pareto (1984, p. 46), “as ações lógicas são muito mais numerosas nos povos civilizados”, ao passo que “a indução nos leva a reconhecer como as ações não lógicas têm importante papel no fenômeno social”. Pareto entendia que o campo mais promissor para estudo da sociologia seria o das ações não lógicas.

O estado psíquico desse processo somente pode ser estudado pela psicologia, por sua vez, a sociologia era reservada a análise de manifestações por meio de fenômenos exteriores, ou seja, observáveis, que expressam esses sentimentos na forma de justificativas, teorias, discursos, enfim, construções simbólicas, justificativas, que Pareto chama de derivações (PERISSINOTTO, 2009, p. 56-57).

As derivações, segundo Pareto, podem ser estudadas a partir de três aspectos, que são: o valor objetivo; o valor subjetivo e a sua utilidade social (PARETO, 1984). Complementa-se:

²¹ Sobre o tema Hollanda (2011, p. 25): “[...] embora o sujeito da ação possa percebê-lo como eficiente e considerar adequada a relação entre meios e fins, essa percepção não resiste a uma análise objetiva. Apenas uma consciência externa, atenta aos recursos de racionalização das crenças e dos sentimentos, seria capaz de perceber o desajuste entre método e objetivos”.

²² As ações lógicas existem quando a relação entre meio e fim ocorre tanto no nível objetivo como no nível subjetivo, portanto são efeitos de um raciocínio. Já nas ações não lógicas, a relação meio e fim só ocorre na cabeça do indivíduo, logo é determinada por estado psíquico (sentimentos, subconsciente, etc)

O valor objetivo de uma derivação refere-se ao seu estudo por meio da correspondência entre uma derivação com o mundo da experiência, de forma a produzir afirmações absolutas, calcadas em sentimentos. Os valores subjetivos dizem respeito aos motivos pelos quais um indivíduo propõe uma teoria e pelos quais outros são levados a aceitá-la, uma vez que para que uma teoria seja convincente deve suscitar no indivíduo sentimentos que façam parte da alma humana. A utilidade social consiste na contribuição de uma derivação à manutenção da ordem social, considerada a diferenciação paretiana entre ‘verdade’ e ‘utilidade’ (GIMENES, 2010, p. 706).

As derivações eram estudadas por Pareto mediante a sua força de persuasão, ou seja, a partir de seus aspectos subjetivo. O citado pesquisador classificava as derivações em quatro classes: Classe I – Afirmações; Classe II – Autoridade; Classe III – Acordo com sentimentos ou princípios; Classe IV – Provas verbais²³.

As derivações, de acordo com o exposto, devem ser tratadas como justificações, logo, são formas de persuasão, que estão, em essência, ancoradas em motivos mais profundos do ser humano²⁴.

Esses motivos mais profundos, talvez a causa original das ações humanas, eram chamados por Pareto (1984) de resíduos.²⁵ Explica Perissinotto (2009, p. 62) que resíduos “expressam a dimensão constante da ação, uma espécie de natureza humana quase imutável, que se constitui na raiz fundamental das condutas sociais”.²⁶

Já Malfatti (2008, p. 03) discorre que os resíduos e as derivações são os reesponsáveis pelo equilíbrio entre os interesses díspares de uma sociedade. Para esse autor os resíduos vinculam-se aos institutos humanos, sendo manifestações observáveis dos sentimentos; por outro lado, as derivações seriam as pretensas justificativos racionais das ações, uma espécie de tentativa de racionalizar os próprios sentimentos humanos intuitivos.²⁷

Pareto agrupava os resíduos em seis classes: instinto das combinações; persistência dos agregados; necessidade de manifestar sentimentos por meio de atos exteriores; resíduos

²³ Essas classes não serão objeto do presente estudo.

²⁴ Como bem acentua Grynszpan (1999, p. 189) “[os] homens, de maneira geral, tendiam a racionalizar suas ações, atribuindo-lhes um caráter lógico que, na verdade, eram justificativas *ex post facto*”

²⁵ As ações humanas, para o autor analisado, se baseiam sobremaneira na força dos resíduos.

²⁶ Grynszpan (1999, p. 191) contribui com o entendimento desse conceito narrando o seguinte: Os resíduos correspondiam a determinados sentimentos e instintos dos homens [...] Se uma derivação tinha força, empolgava, isso se devia não a um poder de convencimento, de persuasão, a um acordo racional ou a considerações lógico-experimentais, mas sim aos sentimentos que ela evocava em seus adeptos. Desse modo, sua aceitação ou sua rejeição devia ser explicada não a partir dela mesma, de sua formulação, de sua lógica interna, mas sim dos resíduos que acionava.

²⁷ Nessa mesma linha, Pareto (1933, p. 785, apud GRYSZPAN 1999, p. 191) afirmava que os homens se deixam persuadir sobretudo pelos sentimentos e que embora tentem racionalizá-los é possível prever, por intermédio de constatações de natureza lógico-experimentais.

relacionados com a sociabilidade; integridade do indivíduo e dos seus depoentes e, por fim, resíduos sexuais (HOLLANDA, 2011, p. 27).²⁸

Respeitando a sistemática acima, para Delican (2000, p. 323, tradução nossa) as elites de Pareto “são aquelas pessoas que possuem acentuadas qualidades de inteligência, personalidade, ou capacidades de qualquer forma”. Nesse aspecto, acentua-se:

As elites, segundo Pareto, não surgem espontaneamente: quem pertence a uma elite possui algum atributo especial, diferente da maioria. Ainda assim, consideramos que as elites não compõem um grupo desunido, desarticulado: há coesão, organização e parâmetros semelhantes entre os membros desta classe (AMARAL, 2011, p. 23).

Logo, abstrai-se que para Pareto as sociedades humanas, tal qual os indivíduos, não são homogêneas, existindo grupos de homens desiguais, o que possibilitaria a divisão da sociedade em estratos, um superior (representam as elites ou classe eleita) e outro inferior (classe não eleitas)²⁹. Nesse sentido, reforçam que:

[...] o objetivo de Pareto no *Trattato* não era uma análise de toda a *élite*. [...] O tema central desta obra é o do equilíbrio social. Deste modo Pareto, julgava necessária para esse estudo subdividir a *élite* em duas partes, “por um lado aqueles que, direta ou indiretamente, tem parte notável no governo e constituem a *classe eleita de governo*, o restante será a classe eleita não de governo.” (T, v. 3, § 2032, p. 257.) É sobre a classe eleita de governo que sua atenção recairá e particularmente sobre o fenômeno de circulação da classe eleita (*circulation des élites*), ou seja, sobre as alterações que ocorrem no grupo dos governantes (BIANCHI; ALIAGA, 2012, p. 13).

Através de todas essas premissas Pareto desenvolveu o conceito da “circulação das elites”, sobre o conceito:

Para explicar o equilíbrio e a longevidade do corpo social, Pareto desenvolveu o conceito de ‘circulação das elites’, através do qual o autor procura mostrar a contínua substituição das elites ao longo do processo histórico. O rompimento desta circulação causaria a degeneração da elite, ou seja, o acúmulo nas elites de elementos de qualidade inferior e, abaixo delas, nas camadas inferiores, um acúmulo de indivíduos de traço superior - um quadro de crise propício à derrubada violenta da elite governante (BARNABÉ, 1999, p. 03).

Portanto, Pareto (1984) utilizava-se do conceito de resíduos, estabelecidos por ele, para explicar a elite política, a qual seria constituída de dois polos: os do que dominam a força física, os leões, e os que se sobressaem intelectualmente, as raposas. Os primeiros se ligariam

²⁸ Desse universo de motivos para as ações, apenas os dois primeiros atendem, com mais evidência, à indagação sociológica de Pareto (PERISSINOTTO, 2009; HOLLANDA, 2011; GIMENES, 2010).

²⁹ Desse modo, a elite é dividida em elite governante, que participaria direta ou indiretamente do governo, e elite não governante, cujos membros não exercem o comando político, mas poderiam influenciá-lo. Lembrando que abaixo dessa elite figuram os não eleitos, ou seja, as massas.

aos resíduos da classe I (instinto das combinações) e os segundos aos resíduos da classe II (persistência dos agregados).

A classe eleita ideal, nessa perspectiva, seria aquela marcada pela distribuição equilibrada dos dois resíduos mencionados anteriormente, ou seja, para a elite governar equilibradamente deve utilizar-se tanto da força quanto da persuasão (MALFATTI, 2008, p. 04; PERISSINOTTO, 2009, p. 67).

Entretanto, conforme critica Perissinotto (2009, p. 70), “ao se preocupar essencialmente com as condições do equilíbrio social em qualquer sociedade, Pareto produz[iu] um conhecimento essencialmente abstrato e histórico”. Não há, portanto, nessa perspectiva, diferenças entre as sociedades, de modo que a circulação das elites refletiria apenas num rearranjo distributivo dos resíduos necessários ao exercício do poder político.

- **Robert Michels**

Robert Michels nasceu em Colônia, na Alemanha, em uma família da alta burguesia comerciante. Após a formação básica, dedicou-se à carreira militar entre de 1895 e 1896 (HOLLANDA, 2011, p. 33).

Michels foi aluno de Max Webber, estudou na Inglaterra, em Paris (Sorbonne), nas universidades alemãs de Munique, Leipzig (1897), Halle (1898) e em Turim, onde, posteriormente, lecionou economia, ciência política e sociologia (PERISSINOTTO, 2009, p. 78). O autor foi, ainda, “discípulo” de Gaetano Mosca, que conheceu em Turim, quando lecionava Economia.

A obra de Michels sofreu clara influência da sua participação no movimento socialista radical do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), no período compreendido entre 1903 a 1907. Entretanto, conquanto o teórico notou a falta de democracia e oligarquização no SPD, com efetiva centralização do poder em torno de um grupo dirigente, desfilou-se da citada organização (GRYNSZPAN, 1999, p. 30).

Ao longo de sua trajetória produziu extensa bibliografia com 33 livros e centenas de ensaios políticos. No entanto, em função das observações mencionadas no parágrafo anterior, a sua obra mais famosa veio a ser a *Sociologia dos partidos políticos*, na qual analisa o processo de organização dos mais importantes partidos socialistas de sua época, especialmente o partido que foi simpático e militante.

No que se refere à teoria das elites, Michels (1982, p. 238) ficou conhecido pela construção da famosa “lei de ferro da oligarquia”, a qual, em síntese, preconiza que “[...] a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização diz oligarquia.”

Esse clássico trabalho de Michels desenvolveu-se em um duplo eixo interpretativo: primeiramente, naquilo que se pôde chamar de “sociologia das organizações”, o teórico buscou elencar as determinantes organizacionais que conduzem à inexorável divisão entre uma minoria de governantes, chamada de oligarquia e não de elite, e uma maioria de governados, nesse contexto, salienta-se que Michels foi um dos fundadores da sociologia das organizações (GIMENES, 2010, p. 708); no segundo eixo, o trabalho arrimou-se na “psicologia das multidões” (comum aos outros teóricos da elite) por meio da qual Michels buscou elucidar a necessidade que as massas teriam de se submeterem a chefes, pois não só não estariam preparadas para exercer um papel de proeminência, como não desejariam exercê-lo (PERISSINOTTO, 2009, p. 79).

O alemão também defendia que não haveria democracia sem organização, mas diametralmente afirmava que a organização se oporia ao princípio democrático.³⁰ Em Michels (1982, p. 17-18), a democracia era definida como o autogoverno das massas reunidas em assembleias. Para o Autor, a democracia plena seria inviável frente à impossibilidade de reunir e consultar o povo a cada necessidade de tomada de decisão, tendo em vista a indisponibilidade de tempo e espaço para possibilitar a participação direta das massas nas decisões. Diante de tal cenário as massas seriam incompetentes para por si mesmas tomarem decisões importantes e necessitariam de chefes a quem delegariam tais funções.

Era esse quadro que explicava a apatia e o desinteresse das massas pelas questões políticas justificando a necessidade dos delegados, os representantes das massas (MICHELS, 1982, p. 33-38). Destaca-se que:

Existe uma tendência à oligarquia, sendo este um processo comum a todas as grandes organizações, vez que, persiste no seio dessas grandes organizações a necessidade de especialização das tarefas, resultando, em uma distinção cada vez mais clara entre a massa e os seus líderes. Partindo da premissa de que é inerente à natureza do homem almejar o poder, e uma vez obtido o poder esse homem tenta perpetuá-lo, conclui-se que a democracia exige uma organização que leva

³⁰ Nesse quadro, é de se considerar que tal “contradição” está parcialmente justificada sob a ótica de que a democracia trabalhada pelo autor sofria influência das ideias socialistas e marxistas do início do século XX.

necessariamente a oligarquia³¹ (MEZA, 2002, p. 398).

Com a extensiva especialização das tarefas surge no lugar dos delegados os técnicos e profissionais. Com isso, os partidos analisados por Michels (1982, p. 21) necessitavam cada vez mais de contratar especialistas em várias áreas de conhecimento, surgindo daí uma elite operária (técnica) posicionada no centro das decisões.³²

Assim, como a especialização de funções é uma consequência inevitável de qualquer organização mais ou menos extensa, o poder de decisão tenderia a ser retirado gradativamente das massas e monopolizado pela minoria de chefes e especialistas, promovendo uma tendência às oligarquias (GIMENES, 2010, p. 709). Complementa-se:

[...] esses chefes não podem ser substituídos imediatamente, uma vez que todos os demais membros do partido são estranhos ao mecanismo burocrático [...] Graças à competência que proporcionam em trabalhos pouco ou nada acessíveis à massa, os conhecimentos técnicos dos chefes lhes asseguram virtualmente uma imobilidade que não deixa de atentar contra os princípios da democracia (MICHELS, 1982, p. 54-55).

Sob essa ótica, os chefes e especialistas acabam por se apossar dos espaços de poder e decisão, possibilitando a esses disporem dos recursos necessário a um treinamento profissional intenso, o que, por sua vez, resulta na manutenção da superioridade intelectual frente às massas, dificultando que essa disponha de argumentos para dispensar aqueles. Sintetiza-se:

A incapacidade das massas a nível político é a base mais sólida do poder dos líderes. Esta incapacidade fornece aos líderes justificção prática e moral. Uma vez que a maior parte da população é incapaz de cuidar de seus próprios interesses, é necessário ter especialistas para tratar de suas questões. Além da indiferença das massas no que se refere à política, essa tende a sentir gratidão para com aqueles que falam ou escrevem em sua defesa. Certos líderes se constituem como defensores e conselheiros do povo, porque enquanto a massa vivencia o cotidiano de suas vidas, os líderes, em prol da causa, muitas vezes sofrem perseguição, prisão e exílio³³

³¹ No original: “*La propensión hacia la oligarquía es un proceso común a todas las organizaciones importantes, ya que todas requieren de una especialización de las tareas, una distinción cada vez más inequívoca entre la masa y sus dirigentes. Partiendo de la premisa de que es inherente a la naturaleza del hombre anhelar el poder, y una vez obtenido tratar de perpetuarse en él, la democracia exige una organización que conduce de manera necesaria a la oligarquía*”. (Tradução nossa)

³² Essa inequívoca tendência à especialização das tarefas nas organizações existentes exige conhecimentos que a massa não dispõe impossibilitando, sob essa perspectiva, a consulta popular

³³ No original: “*La incompetencia de las masas a nivel político constituye el fundamento más sólido del poder de los líderes. Esta incompetencia proporciona a los líderes una justificación práctica y moral. Puesto que el grueso de la población es incapaz de velar por sus propios intereses, es menester que cuente con expertos que atiendan sus asuntos. Además de la indiferencia de la masa hacia la política, ésta siente cierta gratitud hacia quienes hablan o escriben en su defensa. Ciertos líderes se constituyen como defensores y consejeros del pueblo*, 5º Edição (Jul/Dez de 2017), v. 2 n. 5 -

(MEZA, 2002, p. 400).

Michels observava o exercício da administração como forma de poder e defendia a democracia possível, que consistiria num regime não de autogoverno das massas, mas como sistema que permitisse aos governados defender seus interesses e controlar as oligarquias, de modo a viabilizar a renovação lenta e segura da classe política, evitando a formação de uma aristocracia fechada e destinada à degeneração (GIMENES, 2010, p. 710).

Nesse sentido, Amaral (2011, p. 28) esclarece que diante da incapacidade técnica do exercício da política e, sobretudo, a formação intelectual dos chefes partidários, as massas preferem assim entregar a condução dos negócios políticos aos dirigentes das agremiações partidárias.

Com efeito, acerca do processo de diferenciação entre a maioria e a minoria, Michels afirmava que essa não seria fruto de nenhuma superioridade abstrata daquela para com essa, mas sim de determinantes organizacionais bem concretos, refutando a ideia de que alguns homens nascem superiores (PERISSINOTTO, 2009, p. 82).³⁴

Porém, não só questões de ordem organizacional e intelectual possibilitaram a Michels a fundamentação no que tange à oligarquização das organizações operária, também os traços psicológicos dos chefes e das massas contribuíram para a ocorrência do mencionado fenômeno. Trata-se do assunto:

Os traços psicológicos dos chefes e das massas contribuem para reforçar a oligarquização das organizações operárias, sendo que os traços apresentados por Michels são os seguintes: direito moral à delegação, referente a crença que os indivíduos transformados em chefes teriam sobre o direito moral de permanecer nessa posição e repudiar contestações à sua posição de chefia, até mesmo por meio da recusa em submeter-se à desconfiança das massas; a necessidade de chefe entre as massas, que não se interessam por assuntos sérios mesmo gozando de direitos políticos e renunciam voluntariamente à política, assumindo uma posição apática por seu desejo ou necessidade psicológica de ser dirigida; gratidão política por aqueles que falam e escrevem em seu nome; e necessidade de veneração de seus chefes³⁵ (GIMENES, 2010, p. 709).

Após a organização passar por todo o processo descrito acima, esta termina por gerar

pues mientras la masa concurre cotidianamente a su labor, los líderes, por amor a la causa, a menudo sufren persecución, prisión y exilio .” (Tradução nossa)

³⁴ Michels (1982, p. 23) afirmou que “esta hierarquia é[seria] o resultado das necessidades técnicas e a condição mais essencial do funcionamento regular da máquina do partido”

³⁵ Sobre o mesmo tema, Michels (1982, p. 41): “A adoração dos militantes pelos seus chefes permanece geralmente latente. Ela se revela através de sintomas apenas perceptíveis, tais como o tom de veneração com que se pronuncia o nome do chefe, a absoluta docilidade com que se obedece ao menor dos seus sinais, a indignação com que se acolhe toda crítica dirigida contra a sua pessoa.”

interesses próprios que acabam por se sobrepor aos interesses daqueles que ela, a princípio, deveria representar (PERISSINOTTO, 2009, p. 79). Dessa forma, os novos interesses dentro da organização acabam por mitigar a ideologia e finalidade original dessa. Os chefes, nessa realidade, controladores da renda, poder, e prestígio não desejam mais seguir políticas que coloquem em riscos seus privilégios (PERISSINOTTO, 2009, p. 88). Os representantes passam, aqui, a agir conforme sua própria consciência a respeito do interesse coletivo e descolam-se das bases sociais que autorizaram seu mandato. O representante passa de “servidor” para “patrão do povo” (HOLLANDA, 2011, p. 34)³⁶. Nessa esteira:

As posições de chefia nunca deixavam de ser disputadas. Existiam sempre novos indivíduos almejando-as, ocasionando lutas pela chefia. Isso forçava de algum modo os antigos chefes a se mostrarem sensibilizados, concatenados com os sentimentos da massa, resultando em uma aparente submissão às vontades da massa. Os novos aspirantes, no entanto, buscavam derrubá-los denunciando seus defeitos de representatividade, tal qual a tirania, defendendo os direitos transgredidos da massa anônima, direitos que sem certamente também violariam uma vez alcançado o poder. O fato é que os revolucionários de hoje são os reacionários de amanhã (MICHELS, 1982, p. 93-103).

Portanto, Michels (1982), embasado sob a sua premissa da “lei de ferro das oligarquias”, apontava para a inevitabilidade do processo de decadência e substituição das oligarquias por novas minorias dominantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O senso comum geralmente apropria-se do termo elite para designar pessoas abastadas financeiramente. Refutando tal ideia, somente o debate teórico dos clássicos já delimita de forma mais apropriada o termo, bem como expando sua importância explicativa na prateleira das teorias. Abaixo, será sintetizado as principais observações da pesquisa.

Mosca (1939), por meio do método histórico, realiza a distinção política entre governantes e governados, esses são chamados de “massas”, aqueles de classe política ou classe dirigente. A classe política se revela como uma minoria organizada, monopolizadora

³⁶ Complementa Gimenes (2010, p. 710): Em se tratando do partido operário alemão, Michels afirma que a necessidade de se organizar para enfrentar seus adversários políticos fez com que se reproduzisse no interior da instituição a mesma divisão que o próprio partido criticava na sociedade e ainda que sua inserção no jogo político-eleitoral tornou-o conservador e politicamente moderado, apesar da permanência de certa retórica revolucionária. Desta maneira, os interesses deixaram de ser aqueles que levaram ao fundamento do partido e passaram a ser os interesses do próprio partido e da oligarquia, ou seja, manter o partido se tornou mais importante que contestar a ordem social

dos recursos de poder e usufrui em benefício próprio. O processo de diferenciação entre as classes ocorre por dois critérios, o primeiro deles, a riqueza, teria migrado de uma prevalência de direitos a uma prevalência de fato, o segundo o lugar social do nascimento. O domínio da classe política retira seu fundamento na relação de forças e na fórmula política – dá ao domínio um valor moral e legal.

Pareto, pelo método lógico-experimental, empreendeu longos esforços para compreender como o equilíbrio de uma sociedade se perpetua ao longo da história e como ocorre a sua reprodução. Assim, os resíduos e as derivações são os reesponsáveis pelo equilíbrio entre os interesses díspares de uma sociedade. A elite, nessa perspectiva, é dividida em elite governante, que participaria direta ou indiretamente do governo, e elite não governante, cujos membros não exercem o comando político, mas poderiam influenciá-lo e abaixo dessa elite figuram os não eleitos, ou seja, as massas. A longevidade do corpo social baseia-se no conceito de ‘circulação das elites’, através do qual o autor procura mostrar a contínua substituição das elites ao longo do processo histórico. Aqui, o espaço de poder é preenchido por pessoas que possuem acentuadas qualidades de inteligência, personalidade, ou capacidades de qualquer forma. A elite já não é vista de forma una, portanto, existindo mais de um atributo valorizado.

Michels desenvolve seus argumentos em torno de sua famosa “lei de ferro da oligarquia”, em que a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes; a partir dela as oligarquias se fundamentam e buscam a sua manutenção nos espaços de poder. Ademais, a diferenciação entre a maioria e a minoria não é fruto de nenhuma superioridade abstrata daquela para com essa, mas sim de determinantes organizacionais bem concretos, além de traços psicológicos dos chefes e das massas. Logo, a maioria e minoria são dispostas de forma menos estáticas, sendo inerente à natureza do homem almejar o poder, e uma vez obtido o poder esse homem tenta perpetuá-lo, em contraste, esses espaços nunca deixam de ser disputados.

Do exposto, percebe-se que os fundamentos da teoria das elites possuem uma complexidade maior que o senso comum atribui, o poder explicativo da teoria se baseia em grande parte da análise dos espaços de poder, da dinâmica de sua ocupação e dos atributos valorizados que os atores possuem na relação minoria dominante e maioria dominada. Além disso, a contribuição deste estudo não se limita as definições delineadas acima, pois, no decorrer de toda a exposição acabou-se por demonstrar a realidade histórica que essa teoria se

desenvolveu, os interesses em disputa, além de pressupostos que transbordam para várias áreas da Ciências Sociais, como Ciência Política (dinâmica de poder) e Sociologia (“Circulação das elites”, “Sociologia dos sindicatos”, “Lei de ferro das Oligarquias”, etc).

REFERÊNCIAS

AMARAL, T. V. P. **As elites políticas de Maringá: um estudo sobre a Câmara Municipal 1997-2012.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

BARNABÉ, I. R. Elites, classe social e poder local. **Revista Estudos de Sociologia**, v. 4, n. 7, p. 01-16. ISSN: 1982-4718. 1999.

BIANCHI, A.; ALIAGA, L. Pareto e Gramsci: Itinerários de uma Ciência Política italiana. **6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.** 2008. *Análise Social*, v. XLVII, n. 203. Campinas: Unicamp, 2012. p. 322-342.

DELICAN, M. Elite Theories of Pareto, Mosca an Michels. **Jornal de Política Social**, v. 43, p. 323-336, 2000. Disponível em: <<http://www.iudergi.com/tr/index.php/sosyalsiyaset/article/viewFile/13423/12646>>. Acesso em: 01 fev. 2000.

DIÁZ, A. M. Los estudios sobre elites parlamentarias: el caso latino-americano. In: ANASTASIA, F. et al. (Orgs.). **Elites Parlamentares na América Latina.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GIMENES, E. R. Cultura política, elitismo e democracia: a elite do poder de Wright Mills frente aos teóricos clássicos da teoria das elites. **Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional - Movimentos Sociais Participação e Democracia. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS,** Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a044.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2012.

GRYNSZPAN, M. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HOLLANDA, C. B. **Teoria das Elites.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MALFATTI, S. A. A teoria das elites como uma ideologia para perpetuação no governo. **Thaumazein**, v. 2, p. 1-12, 2008. Disponível em: <<http://sites.unifra.br/Portals/1/ARTIGOS/ARTIGOS/A%20TEORIA%20DAS%20ELITES%20COMO%20UMA%20IDEOLOGIA%20PARA%20PERPETUA%20E2%82%AC%3%87%20NO%20G.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

MEZA, R. B. La teoría de las elites en Pareto, Mosca y Michels. **Iztapalapa 52**, v. 01, n. 52,



p. 386-407. ISSN 0185-4259. jan./jun. 2002.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Ed. Da UnB, 1982.

MOSCA, G. **The ruling class**. 1. ed. New York and London: Macgraw-Hill, 1939.

PARETO, V. Tratado de sociologia geral. In: RODRIGUES, J. A. (Org.). **Vilfredo Pareto: sociologia**. São Paulo: Ática, 1984.

PERISSINOTTO, R. M. **As elites políticas: questões de teoria e método**. 1. ed. Curitiba: Ibpe, 2009.

PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. Dossiê “Elites Políticas”. **Revista de Sociologia e Política**. v. 16, n. 30, p. 7-15. ISSN 0104-4478. Curitiba-PR, jun. 2008.

SANCHEZ, F.; RIVAS, C. Patrones sócio económicos de la elite legislativa y democracia em América Latina. In: ANASTASIA, F. et al. (Orgs.). **Elites Parlamentares na América Latina**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.